

ANÁLISE DOS DEPÓSITOS DE PATENTES PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE DE 2011 A 2021

FRANCISCO FERNANDES BEZERRA JUNIOR¹; MARIA DA CONCEIÇÃO
RODRIGUES FERNANDES¹; TIAGO CARLOS BARBOSA²; LÍGIA SILVA DE
FRANÇA BRILHANTE³; LIZ CAROLINA DA SILVA LAGOS CORTES ASSIS¹;
FRANCISCO SILVESTRE BRILHANTE BEZERRA¹

¹Universidade Federal Rural do Semi-Árido – francisco.junior22417@alunos.ufersa.edu.br,
ceicao_rodrigues14@hotmail.com, liz@ufersa.edu.br, silvestre@ufersa.edu.br

²Metrópole Marcas e Patentes - tiagocb04@hotmail.com

³Universidade Potiguar - ligiabrilhante.adv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A patente é um documento de concessão de direitos outorgado pelo Estado, sendo um mecanismo de proteção, firme e estável ao capital intelectual desde o século XIX (JANNUZZI et al., 2007). No Brasil, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), criado pela Lei n. 5.648, de 11 de dezembro de 1970, é responsável pela gestão do sistema de concessão de direitos de propriedade intelectual (BRASIL, 1970).

As patentes estão diretamente ligadas à capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), e, de acordo com dados fornecidos pelo INPI as Universidades Federais são os principais depositantes, com uma proporção de 09 entre 10 depositantes (PÔRTO JUNIOR et al., 2021). De fato, atualmente a maior parte do desenvolvimento científico é realizado em universidades e centros de pesquisa, projetado por alunos e professores dos cursos de pós-graduação que recebem fomentos governamentais ou da iniciativa privada (SCARTASSINI; MOURA, 2020).

O investimento do Estado no desenvolvimento do conhecimento inédito é fundamental para o desenvolvimento social, político e econômico, contribuindo para o aumento da riqueza nacional como também para o bem-estar da população (SCHWARTZMAN, 2008). De acordo com o Índice FIEC de inovação dos estados de 2020, que avalia alguns indicadores como intensidade tecnológica, propriedade intelectual e produção científica, a região Nordeste aparece em penúltimo lugar comparativamente às outras regiões do país, sendo que seu representante melhor colocado aparece apenas na 11ª posição em nível nacional, no caso, Pernambuco (FIEC, 2020).

Com base no que foi exposto, o trabalho busca contribuir para a compreensão do envolvimento das Universidades Federais da região Nordeste em atividades de patenteamento no Brasil, descrevendo e analisando os dados sobre depósitos de patentes efetuados por estas instituições entre 2011 e 2021.

2. METODOLOGIA

No sentido de atingir os objetivos que norteiam este estudo, os procedimentos metodológicos foram delineados para identificar as patentes depositadas pelas universidades federais situadas na região Nordeste. A identificação foi feita através do software *Questel Orbit Intelligence*®, cedido pela rede PROFNIT®. Dedicado à pesquisa e análise de patentes, o *Orbit* é uma ferramenta poderosa por possuir uma cobertura abrangente. A busca foi realizada no dia 29 de julho de 2021 e foram

consideradas apenas as patentes depositadas entre 01 de janeiro de 2011 e a data da busca, ou seja, últimos 10 anos. No software *Orbit* na opção *Advanced search* no campo *assignee*, expressão de busca foi “*nome da universidade federal OR sua sigla*”, conforme descrito no quadro 1. O mesmo procedimento foi utilizado na busca das 19 Universidades Federais localizadas no Nordeste. A análise com base nas patentes considerou as seguintes variáveis: número de patentes por instituição, data de depósito e domínio tecnológico.

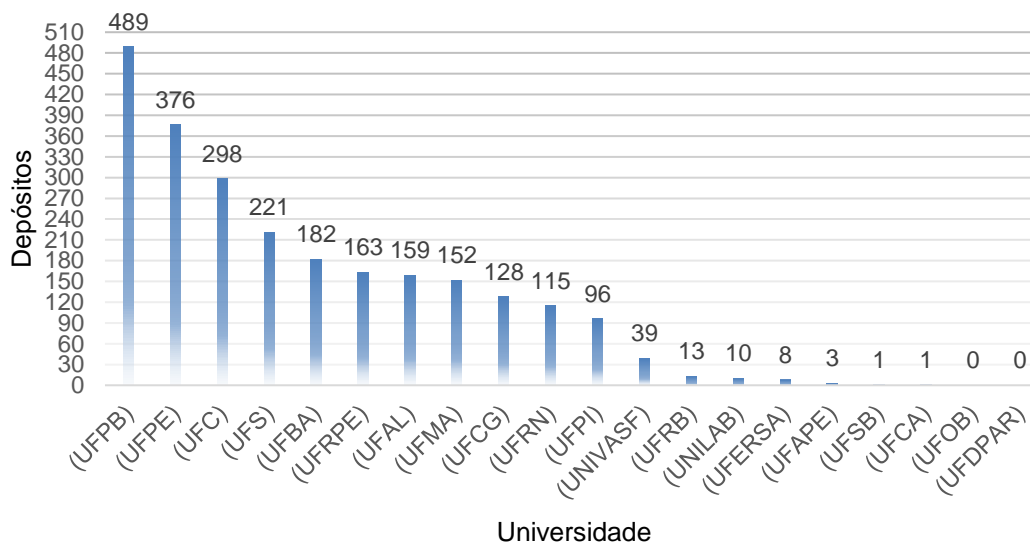
Quadro 1: Abreviaturas e siglas

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFERPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
URFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNILAB	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFAPE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco
UFSB	Universidade Federal do Sul da Bahia
UFOB	Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFDPA	Universidade do Delta do Parnaíba

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

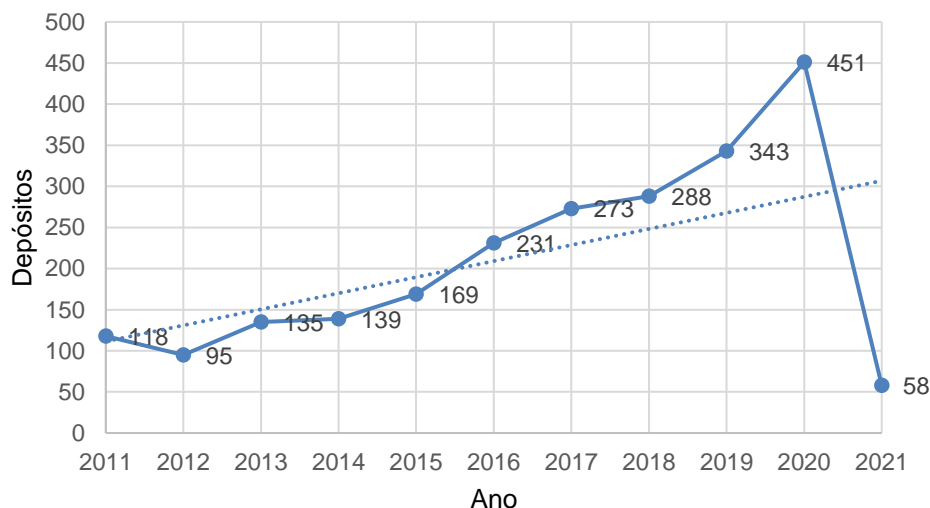
A figura 1 demonstra o número de patentes depositadas pelas universidades federais nordestinas. Nela, percebe-se que as Universidades Federais da Paraíba (UFPB) e de Pernambuco (UFPE) se destacam como principais depositantes de patentes no universo estudado, sendo a UFPB a responsável pela maior quantidade de depósitos realizados, com 21,26% do total de depósitos efetuados pelas 19 universidades federais situadas na região Nordeste.

Figura 1: Número de depósitos de patentes efetuados pelas Universidades Federais do Nordeste entre 2011-2021.



A figura 2 demonstra o crescimento do número de patentes depositadas pelas universidades federais nordestinas entre 2011 e 2021, período em que foi efetuado um total de 2300 depósitos de patente. O gráfico evidencia um crescimento, com uma linha de tendência com inclinação ascendente, tendo seu ápice no ano de 2020, tendo em vista que o ano de 2021 ainda está em curso.

Figura 2: Depósito de patentes das universidades federais nordestinas no período 2011-2021.



Dentre os 5 principais domínios tecnológicos encontrados diante da análise das patentes efetuada no presente trabalho, destacam-se a área farmacêutica (18,78%), química alimentar (12,24%), química de materiais básicos (8,77%), química fina orgânica (6,53%) e biotecnologia (6,17%). Salienta-se que a proteção da patente farmacêutica é indispensável na competição acirrada por posição de destaque na concorrência deste valioso mercado (ALVARENGA; COSTA, 2020).

4. CONCLUSÕES

A análise dos dados demonstrou uma tendência de crescimento no interesse das Universidades Federais localizadas no Nordeste pelo processo de patenteamento entre os anos de 2011 e 2020 e que a maioria dessas patentes se enquadram nos domínios tecnológicos de farmácia, química e biotecnologia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, G. E. L.; COSTA, M. A. N. INDÚSTRIAS FARMACÊUTICAS E LICENÇA COMPULSÓRIA NO COMBATE À COVID-19: melhor remédio? **Revista Augustus**, v. 25, n. 51, p. 412-436, 2020.

BRASIL. **Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970**. Cria o Instituto Nacional da Propriedade Industrial e dá outras providências. Online. Acessado em 29 de jul. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5648.htm.

FIEC. **Índice FIEC de inovação dos estados 2020**. Acessado em 01 ago. 2021. 2020. Online. Disponível em: https://arquivos.sfiec.org.br/nucleoeconomia/files/files/Indice%20fiiec%20de%20inovacao/Indice-FIEC-Inovacao_2020_V10.pdf.

JANNUZZI, A. H. L.; AMORIM, R. DE C. R.; SOUZA, C. G. Implicações da categorização e indexação na recuperação da informação tecnológica contida em documentos de patentes. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p. 27–34, 2007.

PÔRTO JUNIOR, F. G. R.; RIBEIRO, M. S.; PESSOA, W. M. Requisitos para valoração de patentes em universidades: o caso da Universidade Federal do Tocantins. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 8, n. 1, p. 182-199, 2021.

SCARTASSINI, V. B.; MOURA, A. M. M. Relação entre produção de artigos e patentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o financiamento de pesquisa. **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação, Brasília**, v. 13, n. 3, p.915-935, 2020.

SCHWARTZMAN, S. **Universidades e desenvolvimento na América Latina: experiências exitosas de centros de pesquisas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.